

O USO DA MEMÓRIA PARA INVESTIGAÇÃO DE RITOS NO PARTO E “RESGUARDO” EM SANTARÉM (PA).

Manuelle Lopes de Matos
Lucybeth Camargo de Arruda¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar crenças, normas e tabus alimentares no parto e durante o “resguardo” de um grupo de mulheres que pariram nas décadas de 1960 e 1970 na cidade de Santarém, PA. Partindo dessas experiências e por meio de suas memórias, esta pesquisa almeja, a partir dos dados, refletir as práticas e preocupações no parto e resguardo dessas mulheres, encarando o período do “resguardo” como rito de passagem, quando a mulher estava sujeita a regras e tabus para protegê-la de perigos e complicações na sua saúde e na saúde da criança.

Palavras-chave: Tabus. Partos. Resguardo. Memória.

Abstract: This work aims to analyze beliefs, rules and food taboos in childbirth and during the postpartum rest of a group of women who gave birth in the decades of 1960 and 1970 in Santarém, PA. From their experiences and memories, this research aims to analyze the data and consider the experiences and concerns about childbirth and the rest period of these women, this period is seen as a rite of passage, when women were subject to rules and taboos to protect them from dangers and complications on their health and their child's.

Keywords: Taboos. Births. Postpartum rest. Memory.

Introdução

Este trabalho analisa determinadas crenças, ritos e tabus alimentares envolvendo um grupo de mulheres que pariram nas décadas de 1960 e 1970 na cidade de Santarém, PA. A partir das memórias dessas mulheres, entre parteiras e aquelas que pariram nesse período, correspondendo sete mulheres de 65 a 88 anos residentes nesse município, a análise baseia-se nas categorias de “perigo” investigadas por Douglas (1966) para compreender certos comportamentos que acompanham o parto e o “*resguardo*” - período de 40 dias após o parto - em Van Gennep (2011); Mauss (2003) e Canesqui (1988). Neste trabalho, não se leva em consideração o fato de elas morarem na zona urbana ou rural, já que o resguardo era uma

¹ Manuelle Lopes de Matos, é aluna do curso de Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, e-mail: manuelle.matos@hotmail.com. Lucybeth Camargo de Arruda, Doutora em Antropologia Social, Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, e-mail: lucybeth.arruda@gmail.com.

prática recorrente tanto para mulheres que residiam na cidade quanto entre aquelas que moravam na zona rural do município.

O interesse pelo tema se deu a partir de conversas com minha avó materna, já que o assunto que mais a empolgava nas nossas conversas era sobre o nascimento dos meus tios, as particularidades de cada gestação, os partos e as normas e restrições no resguardo. E quando sua amiga, dona Helena, se juntava às conversas, era como se as horas passadas ouvindo essas histórias não fossem suficientes para apreender o que elas queriam que eu soubesse.

As mulheres entrevistadas são idosas indicadas por membros da minha família e/ou parentes como a minha avó materna. Os números de filhos paridos pelas entrevistadas variavam entre cinco e doze filhos, e os partos e os resguardos foram em domicílio.

O texto aponta algumas questões relacionadas ao parto e as técnicas usadas pelas parteiras, no entanto, temos como foco o “resguardo”. Nesse intuito, o uso da memória possibilitou esse acervo, já que a pesquisa refere-se aos ritos, normas e tabus envolvendo o parto e resguardo na cidade de Santarém, PA por meio das lembranças dessas mulheres. Para tanto, foram realizadas entrevistas abertas que tiveram como temas norteadores partos domiciliares, as regras e os ritos envolvendo o resguardo. A pesquisa deu ênfase às memórias individuais das entrevistadas e os pontos em comum que os relatos apresentaram, e as conversas foram agendadas e filmadas nas residências das entrevistadas.

Uso da memória como método de análise social

Cada memória compartilhada permitiu a visualização de particularidades ligadas à saúde da mulher nas décadas de 1960 e 1970 na cidade de Santarém, PA, em especial ao parto e “resguardo”.

Walter Benjamin (1994) reflete sobre os efeitos do capitalismo e o apodrecimento da memória coletiva, exaltando, assim, a figura do narrador como um artesão em toda sua simplicidade, que mantém um instrumento poderoso que é a narrativa, com a capacidade de penetrar na consciência dos ouvintes e moldá-la através das interpretações e experiências. O autor enfatiza que a relação entre ouvinte e narrador é dominada pela intenção de conservar o narrado, e para o ouvinte imparcial é importante assegurar a reprodução. Sendo assim, coloca o narrador entre os mestres e os sábios, sabendo dar conselhos e tendo como dom o poder de contar sua vida e, por dignidade, contá-la inteira.

A narrativa [...], uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso [...]. (Benjamin, 1994, p. 205).

Essas mulheres, através de seus gestos e movimentos, possibilitaram que minha imaginação viajasse nas suas narrativas e fosse possível visualizar suas experiências. Muitas das histórias individuais têm relações entre si, tais como as técnicas de partejar em cima de esteiras ou em bancos de madeira, comuns nas casas daquele período; ou a alimentação durante o resguardo e a permissão de quem visitava a mulher e o bebê nesse período.

Na visão de Bosi (1994), os velhos têm o poder de tornar presentes aqueles que cuja presença física não se sente, e não descartam essas coisas como se fossem desnecessárias. Contudo, no ato de rememorar, o velho não está sonhando e sim desempenhando a função de unir passado e futuro (começo e fim, segundo ela), tranquilizando o presente com outras possibilidades. Para ela, o narrador vence distâncias espaciais e temporais para contar relatos que têm significação e trazem conselhos. A autora ainda coloca a memória como faculdade épica por excelência e a história como um emaranhado de narrativas que se reproduzem de geração em geração prolongando o original, cujos fios cruzam-se com outras histórias.

Halbwachs (2006, p. 26-27) observa que para confirmar ou recordar uma lembrança não precisamos de testemunhas e que nossas memórias permanecem coletivas, pois jamais estamos sós. Assim, para que nossas memórias se auxiliem é preciso que elas concordem com as memórias de outras pessoas e que haja contato para que seja reconstruída num fundamento comum; contudo, a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças.

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reapareceu porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo [...]. (Halbwachs, 2006, p. 36).

Bosi (2003) destaca que grupos marginalizados pela história tomaram a palavra, pois já que a história se apoia em documentos oficiais ela não pode visualizar os sentimentos/ acontecimentos que estão atrás dos eventos. As memórias de velhos podem ser encaradas como mediação entre gerações, como intermediário informal da cultura, no sentido de que transmitem valores, mas não estão formalizados com as instituições.

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.

É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo (Bosi, 2003, p. 31).

Assim, com o registro dessas vivências e lembranças tive a possibilidade de compreender e conhecer um pouco do que foi vivido por essas mulheres. Cada relato demonstra representações do real, e através da recordação do passado, elas expressam suas experiências apoiadas em lembranças, esquecimentos e emoções. Compreendo que a velhice deve ser encarada como um ato natural e social pelo qual todo ser humano passará e a memória resguardada está pronta para ser compartilhada. É evidente que nessa fase o indivíduo está vulnerável, algumas vezes doente, mas não podemos lhe tirar a identidade; nós temos livros inteiros prontos para serem descobertos.

Como um aprendiz diante de seu mestre, dispus-me a passar horas colhendo aqueles relatos e filmando-as conforme elas iam narrando suas experiências, bem sucedidas ou não, mas cada uma dessas senhoras aproveitava, por meio dos fracassos, para apresentar as diferentes saídas encontradas para driblar os problemas e dificuldades.

O parto como margem: perigo como perturbação

Partindo do que era relevante para essas mulheres, temos o “perigo” como algo que precisava ser controlado e evitado durante o parto e o resguardo.

Douglas (1966) explica que quanto mais nos aprofundamos nas normas, mais fica evidente que se trata de sistemas simbólicos; que as nossas ideias de sujeira também expressam sistemas simbólicos e que a diferença entre a conduta de poluição em qualquer parte do mundo é apenas uma questão de detalhe.

[...]. Sujeira, então, não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados. Esta ideia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas mais obviamente simbólicos de pureza (Douglas, 1966, p. 50).

A contaminação não é um acontecimento isolado: ela ocorre em vista de um arranjo sistemático de ideias. Mas aquelas que envolvem a poluição só fazem sentido no referencial de uma estrutura total de pensamento, em que os limites e linhas divisórias têm relação com rituais de separação. Neste caso, as estruturas de ideias são vulneráveis nas margens e os orifícios corporais simbolizam pontos específicos dessa fragilidade, sendo que o que sai deles é matéria marginal como sangue, saliva e outros.

Neste sentido, a autora afirma que cada cultura tem suas noções de sujeira e contaminação que contrastam com suas noções da estrutura positiva que não podemos negar, e surge pela atividade diferenciadora da mente como subproduto da criação da ordem. Já a pureza é contrária à mudança, à ambiguidade e ao comprometimento, sendo que nos sentiríamos mais seguros se as coisas fossem inflexíveis e fixas na forma.

Nas entrevistas, as mulheres relatam que os panos usados no parto, a placenta e tudo que foi usado para esse fim eram manuseados pela parteira e ou parentes próximos à mulher tais como mães, irmãs e marido, cabendo a essas pessoas lavar e ocultar essas coisas, longe do olhar de curiosos e dos que pudessem se contaminar com o material porque os fluidos corporais como sangue e pus são fontes de impureza (Douglas, 1966, p. 48).

Segundo as mulheres entrevistadas, logo após desconfiarem de que estavam grávidas, procuravam parteiras de sua confiança para serem acompanhadas durante a gravidez e o parto. O parto era realizado no domicílio da grávida, acompanhado pela parteira e/ou marido, caso fosse necessário algum auxílio. Os materiais que seriam utilizados eram esterilizados com álcool ou cachaça, colocava-se uma bacia com água e a mulher era preparada para parir, algumas tomavam chá de raiz de chicória e ou do gengibre para acelerar o trabalho de parto.

Com relação às técnicas obstétricas usadas pelas parteiras, eram realizadas sob esteiras forradas com panos, em redes ou em bancos de madeira; entretanto, eram considerados outros aspectos para realização do parto, tais como posição da criança, recursos materiais e preferências da grávida. Nas ocasiões quando o parto era realizado em bancos, dona Corina (parteira, 75 anos) auxiliou um parto em que um banco de madeira foi virado de lado, a mulher colocada sentada e um pano cobriram as “pernas” do banco recebendo o bebê e a placenta no momento da parição.

Dentre as três parteiras entrevistadas, dona Corina nos relatou uma técnica para quando a placenta ficava presa ao útero:

Quando tá custando pra ter a placenta, a gente pega a criança e bota em cima da barriga assim (vertical) e vira assim (horizontal) em forma de cruz, três

vezes, aí puxa, faz a massagem aí vem a placenta... assim que eu fazia quanto eu fazia parto (Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2014).

As parteiras entrevistadas relatam possuírem um dom divino que lhes possibilitou realizar partos e auxiliar várias mulheres em suas gestações. Conforme Mauss, “[...], *nós mesmos não podemos ‘ficar em dívida’, como ainda costumamos dizer. É preciso retribuir mais do que se recebeu. A ‘devolução’ é sempre maior e mais cara.*” (Mauss, 2003, p.294). Percebendo o ato de partejar como um dom, essas parteiras se sentiam em dívida com o “divino” e se dispunham a auxiliar partos a qualquer hora, deixando suas casas e filhos para ajudar mulheres a parir. Quando se deparavam com situações de risco para a mãe ou o bebê, se apegavam em orações e preces para que houvesse intervenção divina.

[...]. O perigo está nos estados de transição, simplesmente porque a transição não é nem um estado nem o seguinte, é indefinível. A pessoa que tem de passar de um a outro, está ela própria em perigo e o emana a outros. O perigo é controlado por um ritual que precisamente a separa do seu velho status, a segrega por um tempo e, então publicamente declara seu ingresso no novo status. Não somente a transição em si é perigosa, mas também os rituais de segregação constituem a fase mais perigosa dos ritos [...]. (Douglas, 1966, p. 119-120).

Tanto as mulheres quanto as parteiras apegavam-se com o sagrado durante o parto, já que esse momento significava perigo para a vida da mulher e da criança. Muitos são os relatos de orações que elas queriam compartilhar comigo e as aventuras enfrentadas nas noites escuras ou chuvosas para ajudar outras mulheres a parir. As parteiras entrevistadas são católicas e rezavam para seus santos de devoção, e as mulheres que pariram rezavam pedindo um bom parto e saúde para suas crianças; já as evangélicas afirmam que, independente da religião da parteira, elas oravam para Deus e Jesus.

Dona Joana Nogueira (parteira, 72 anos) amparava-se em orações para Nossa Senhora Do Bom Parto para que os partos realizados por ela fossem bem sucedidos; e quando o parto fosse de gêmeos ela rezava para os santos Cosme e Damião.

A gente reza assim: Primeiro antes de sair de casa, reza uma parte; no caminho reza a outra metade e quando chega lá reza o restante [...] (Entrevista concedida em 16 de março de 2015).

Nesse processo, a vida das mulheres e dos bebês está nas mãos das parteiras e sua posição é colocada em risco, podendo levá-las ao prestígio ou descrédito da sua função. As parteiras assumem o papel de controle da situação. Neste sentido, Douglas (1966) ressalta que em algumas sociedades, as posições de autoridade sofrem competição, já que é difícil

estabelecer e manter legitimidade, pois podem se alterar. Todos os poderes são partes do sistema social e envolvem mulher e parteira; sendo assim, o poder da função no universo e as mudanças de sorte são causados por pessoas nas posições sociais.

Dona Joana Nogueira, no parto de um de seus filhos, nos relata que a parteira se recusou a auxiliar no parto, pois devido a um evento supersticioso, poderia ter colocado em risco sua função e a vida da mulher:

Dele (filho) eu sofri muito que a parteira chegou, a rasga (rasga-mortalha: coruja que é considerada agourenta) tinha passado e ela (parteira) ficou nervosa de fazer meu parto, porque eu podia morrer. Quando o menino nasceu, que ele gritou, ela veio. Eu tive sozinha, a minha vizinha disse: “Corra, vá acudir ela”. Ainda hoje ele vive, tá aí... (Entrevista concedida em 16 de março de 2015).

Douglas (1966, p. 119) explica que o perigo está nas transições, assim o indivíduo que está passando pela transição encontra-se em perigo e o emana aos outros. A situação descrita pela entrevistada mostra o medo da parteira em auxiliar o parto diante do perigo de morte para a gestante devido o voo da coruja, em que todas as cosmologias são afetadas pelo social, e o universo compreende a ordem social e intervém para mantê-la; sendo assim, as coisas não são distintas das pessoas e do ambiente externo.

Resguardo como margem: ritos e normas de sociabilidade

Van Gennep (2011) aponta que os ritos de gravidez constituem períodos de margem, já os ritos de parto (resguardo) objetivam reintegrar a mulher às sociedades pertencentes ou designar para ela um novo papel social: a qualidade de mãe. Destacando que o retorno ao cotidiano raramente é feito bruscamente e têm etapas que lembram graus de iniciação. O parto não é um momento terminal da margem, pois dependendo do grupo social, o tempo de duração varia entre curto ou longo para a mãe.

[...] A duração dessa separação, mais ou menos absoluta, varia com os povos, de dois a quarenta, cinquenta e, como no caso acima, cem dias. Daí se depreende que o retorno do parto fisiológico não é levado em consideração, mas existe um retorno social do parto [...] (Van Gennep, 2011, p. 56).

No período do pós-parto, essas mulheres permaneciam em repouso total nos primeiros oito dias e voltavam progressivamente às atividades domésticas até cumprirem os quarenta dias do resguardo. As pessoas envolvidas no parto e resguardo eram aquelas com maior proximidade da gestante tais como mãe, irmãs, cunhadas, filhas e/ou marido.

Esses atores tinham funções diversas com os cuidados da limpeza da casa, cozinhar os alimentos para a família e as atividades de higiene da mulher parida. No resguardo, a mulher parida tomava banho e fazia as necessidades fisiológicas exclusivamente dentro do quarto até encerrar o resguardo, conforme nos relata Dona Margarida dos Santos (parteira, 80 anos²):

No meu resguardo, sabe, que de primeiro era quarenta dias fechada, era. Eu nunca tive esse negócio de sair, tinha muito resguardo... muita coisa eu não comia, olha, quando eu tava menstruada não comia bejú de tapioca, eu não comi banana, não comi abacate, nada. Eu nunca tive hemorragia, não teve nada de negócio disso, não. Tudo eu me cuidava, me cuidava bem, graças a Deus. O banho era tudo no quarto, não saia pra tomar banho assim, ainda mais quando era uma descida, tudo era em casa (Entrevista concedida em 12 de abril de 2015).

Com relação ao período do resguardo, sua duração variava conforme o sexo da criança, sendo de quarenta dias para criança do sexo feminino e cerca de quarenta e um dias se a criança fosse do sexo masculino. As mulheres ficavam confinadas no quarto, e as visitas externas eram permitidas somente a partir do oitavo dia dentro do resguardo. Dona Geralda Cristo (88 anos) nos relata alguns cuidados no resguardo:

Era muito fino, a gente não podia ouvir zuadas (barulho) muito por causa do não se assustar, de não assustar a criança. Tinha que ser calmo, né? Assim, agora a mulher acaba de ter a criança já é tomando banho, naquele tempo, não. No tempo que a gente ganhava neném, só a criança que tomava banho quando nascia, na água morna, pra limpar todinha a criancinha; vinha vestida a roupinha dele, fica todo pronto. A mulher não tomava banho, ela só tomava banho com três dias, ela ia se assear, e com oito dias ela ia por banho geral (Entrevista concedida em 21 de abril de 2015).

Após o parto, essas mulheres se lavavam com um banho de água com mercúrio a fim de evitar infecções, e nos dias posteriores, dentro do resguardo, o asseio era feito com ervas com fins medicinais, tais como *verônica* e *sara-tudo*³.

Nesse sentido, D. Margarida dos Santos (parteira, 80 anos) descreve que fazia o uso de plantas medicinais como mamona, algodão-roxo, chicória e mangarataia (gingibre); recomendava a ingestão de purgante de mamona⁴ às mulheres paridas para que houvesse uma

² Moradora do Quilombo de Tinungú. Como a entrevistada é analfabeta, não temos precisão de sua idade.

³Verônica: *Verônica officinalis* L tem funções sedativas, anti-inflamatórias, antimicrobianas, laxantes, antialérgicas e anticépticas. Usada para cicatrização de ferimentos. Sara-Tudo: *Bysonima intermédia* é utilizado em asseios e lavagem vaginal, corrimento, inflamações e tumores no útero. Serve também para lavar golpes e ferimentos em geral. Disponível em: <<http://chabeneficios.com.br/cha-de-veronica-beneficios-e-propriedades/>>. Acesso em 18 jan. 2016.

⁴ Da família das Euforbiáceas, também conhecida como mamoneira, palma-christi, carrapateiro e rícino. Usado como vermífugo, purgante (uso interno), emoliente e cicatrizante (uso externo), catártico, anticancerígeno, analgésico. Disponível em: <<http://www.plantasquecuram.com.br/ervas/mamona.html>>. Acesso em 18 jan. 2016.

limpeza interna do corpo; o sumo do algodão-roxo era usado em casos de hemorragias e o chás de chicória e de raízes da mangarataia era usado para acelerar o trabalho de parto.

Quanto às noções de alimentação, referindo-se à distinção entre comida cozida e crua como portadoras de poluição, observo as restrições relacionadas à comida expressa pelas mulheres entrevistadas. A alimentação durante o resguardo era principalmente à base de galinha caipira; e uma das parteiras, dona Corina (72 anos) relatou restrição de ingerir mingau de arroz, já que após ingerir esse alimento, ela passou mal e atribuiu isso ao mingau:

Só galinha, comia algum peixe, mas isso era traíra moqueada que a minha sogra tratava era assim... peixe escolhido, não comi outras coisas. O que me fez mal foi mingau de arroz com leite que me deu uma dor que eu gritava, aí depois fizeram remédio que eu fiquei boa, aí não tomei mais essas coisas quando eu tava de resguardo. Era só isso... (Entrevista concedida em dia 12 de dezembro de 2014).

Outras mulheres relataram tabus referentes à ingestão de alimentos remosos⁵ tais como peixes sem escamas e carnes de alguns animais silvestres. Contudo, nos primeiros 15 dias dentro do resguardo já era permitida a ingestão de carne seca (charque) e peixes com escama. Dona Raimunda Mota (65 anos) nos explica os cuidados com relação a alimentação durante esse período:

Tinha cuidado com a alimentação, não podia comer comida remosa. Só comia galinha de quintal, galinha caipira, frango caipira. As senhoras tinham cuidado, faziam a engorda de frango pra comer na época do resguardo. As mulheres antigas são mais sadias porque eram mais cuidadosas na época do parto, dos 40 dias de resguardo. Realmente se resguardavam, hoje não a vida tá tão moderna que as parturientes já não se resguardam, come tudo, faz todo trabalho... resultado, as doenças começam a aparecer mais cedo, morrem mais cedo enquanto que as antigas sabiam mesmo se cuidar, se prevenir muito bem tanto é que a vida delas são mais prolongada (Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2014).

As parteiras geralmente diziam o que as mulheres poderiam ou não comer durante o resguardo, e aquelas que residiam na zona rural do município ingeriam principalmente peixes; assim D. Margarida dos Santos (parteira, 80 anos) nos relata suas recomendações para as mulheres que ajudava no parto:

⁵ Alimentos que podem dificultar a cicatrização de feridas ou cortes profundos. Como carne de porco, algumas espécies de peixes sem escamas e os que comem camarão. Peirano (1975) utiliza o conceito de “remoso” para tratar das proibições entre pescadores com relação aos alimentos (certos peixes); no entanto faço uso de “remoso” por ser o conceito usado pelas entrevistadas.

Olha, pescada, aquele aracu não pode, o que é pra pessoa comer é tucunaré... é um tambaqui pequeno, cará pode comer. Mas pescada, pelo amor de Deus, a pescada passa a noite toda roncado no rio, né?, e não presta mulher de parto comer e nem cheirar.[...]. Não, pescada, pelo amor de Deus. Não come não: pescada, aracu, esses outros peixes remosos, peixe liso, né? Isso faz muito mal, a mulher de parto, tá ali... aquilo tudo balançando, sabe? Sai a criança, e fica balançando aquilo onde a criança estava. É preciso ter muito cuidado (Entrevista concedida em 12 de abril de 2015).

Canesqui (1988) destaca que as proibições alimentares estão ligadas a determinadas pessoas em situações e estados fisiológicos de saúde e doença, assim, os alimentos “remosos” devem ser afastados das pessoas em estados liminares, pois podem agravar a sua contaminação social gerando danos a saúde do indivíduo.

A primeira saída da mulher do quarto exigia diversos cuidados, entre eles, cobrir os ouvidos com algodão e calçar os pés com meias. Esses cuidados preveniam diversos males e doenças como o chamado “Mal dos sete dias”, o tétano, que se manifestava nos sete dias posteriores ao parto e cuja contaminação se dava por meio de tesouras ou outros materiais não esterilizados.

Com relação às visitas, pessoas alcoolizadas, portadores de mau-olhado⁶ ou feiticeiros não poderiam visitar a mãe nem o bebê, devido à possibilidade de levarem perigo aos dois. Dona Margarida dos Santos (parteira, 80 anos) nos explica como ocorriam as visitas na região de várzea em que morava:

Lá no Ituqui era em cima de assoalho, não era assim no chão. E quando eu já tava assim no resguardo) o meu enteado, porque eu tinha cinco enteados; ele dizia assim: Ei tia, eu já posso ir lá ver a neném? (ela respondia) Pode, pode vim; ela (criança) tava na redinha dela. Aí ele veio espiar. (A entrevistada reproduz a fala do enteado) É grande ela, né? Já pode carregar? (Ela responde) Não, não mexe com ela daí... (risos) (Entrevista concedida em 12 de abril de 2015).

Douglas (1966) explica os poderes espirituais desencadeados pela ação humana como mau-olhado, bruxaria e outros; e os externos, que são símbolos com os quais os indivíduos precisam trabalhar tais como bênçãos, encantamentos, invocações e outros. Esses poderes demandam ações por onde o poder espiritual é descarregado.

[...] Alguns poderes são exercidos em nome da estrutura social; eles protegem a sociedade contra o perigo que lhe dirigem os malfeitores. Seu uso precisa ser aprovado por todos os homens bons. Supõem-se outros poderes perigosos para as sociedades e seu uso é desaprovado; aqueles que

⁶ Pessoas que possuem olhares a que se atribuem poderes de causar malefícios e infortúnios.

os usam são malfeitores, suas vítimas são inocentes e, todos os homens bons tentarão persegui-los – estes são feiticeiros e bruxos. Esta é a velha distinção entre magia branca e negra (Douglas, 1966, p. 123).

Van Gennep (2011) explica que as segregações tais como reclusão, proibições sexuais e alimentares, etc., são usadas para alcançar um novo status. O autor explica que os ritos de gravidez e parto servem para proteger a saúde da mulher e da criança; assim, o resguardo possibilita a reintegração da mulher no grupo social, passando de uma condição cumprindo condições intermediárias e assumindo uma aparência de passagem marcada por ritos, sendo que a vida individual consiste em ciclo de etapas.

Como sistemas culturalmente construídos de comunicação simbólica, os ritos deixam de ser apenas a ação que corresponde a (ou deriva de) um sistema de ideias, resultando que eles se tornam bons para pensar e bons para agir - além de serem socialmente eficazes. [...] (Peirano, 2000, p. 11).

As proibições, de acordo com Douglas (1966), delineiam o perfil cósmico e a ordem ideal, assim, a poluição se torna assunto de estética, higiene ou etiqueta e se torna grave no momento em que gera vergonha social e resulta em sanções sociais, ofensa ou até ação policial. A ordem implica restrição dos materiais disponíveis. Assim, há uma limitada seleção, e das possíveis relações foi usado um conjunto limitado, sendo que a desordem decorrente é ilimitada. Por essa razão, não condenamos a desordem apesar de reconhecer que ela é nociva, mas mostra potencial, simbolizando tanto perigo quanto poder.

Considerações finais

A partir da relação entre os dados etnográficos e autores como Douglas (1966) e Van Gennep (2011), o parto e o resguardo são encarados como ritos de passagem, momento em que a mulher torna-se mãe e assume outros papéis dentro da sociedade. Nesse sentido, podemos perceber como os tabus alimentares e as normas de sociabilidade aparecem como mecanismos de proteção tanto para a mãe quanto para a criança. Contudo, vale ressaltar que alguns aspectos relacionados às normas e tabus merecem aprofundamentos posteriores.

Suas experiências ilustram como funcionavam os ritos de margem e passagem, assim entendemos como as normas e as proibições agiam no cotidiano delas e dos familiares, bem como o acesso a suas memórias para poder compreender um pouco sobre o passado e a forma como eles expressam isso no presente. Cada uma delas aproveitou para refletir as restrições de

seus resguardos e as mudanças ocorridas nas normas e tabus, além de demonstrar seus medos e preocupações com as mulheres dos dias atuais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114-119.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BOSI, Eclea. Tempo de lembrar. In: BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, p. 73-92, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANESQUI, A. M. Antropologia e Alimentação. In: *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, vol. 22, p. 207-216, 1988.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Editora Perspectiva. 1966.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: formas e razão de troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao Parto: Do domicílio ao hospital (1830-1960). In: *Projeto História*, São Paulo, p. 113-123, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993.

PEIRANO, Mariza G. S. *A análise antropológica de rituais*. Série Antropologia 270. Brasília. UnB: 30, 2000.

_____. *Proibições alimentares numa comunidade de pescadores*. Dissertação de Mestrado- Universidade de Brasília, Brasília, 1975.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

Recebido em: 30/10/2015

Aceito em: 17/12/2015